

As instituições de acolhimento sob o olhar dos profissionais que nelas trabalham: Percepções em torno da institucionalização de crianças e jovens em risco

Sá, A. C., Grilo, I. & Trigo, L. R. (2008). *As instituições de acolhimento sob o olhar dos profissionais que nelas trabalham: Percepções em torno da institucionalização de crianças e jovens em risco*. Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e realizado na Universidade do Minho.

Ana Catarina Pinto de Oliveira e Sá

catarin@hotmail.com

Finalista da Licenciatura em Psicologia (1.º Ciclo) na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto

Inês Seromenho Matos Grilo

inesmatosgrilo@hotmail.com

Finalista da Licenciatura em Psicologia (1.º Ciclo) na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto

Maria Luísa da Mota Teixeira Ribeiro Trigo

mtrigo@porto.ucp.pt,

Assistente da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto

Resumo

Este estudo pretende dar um contributo para a compreensão do fenómeno da institucionalização de crianças e jovens em risco, tendo como ponto de partida para a reflexão as percepções de profissionais que trabalham há vários anos em instituições de acolhimento a crianças e jovens retiradas às suas famílias biológicas. Poucos são os estudos que dão voz às pessoas que trabalham nas instituições e que nelas passam uma grande parte das suas vidas. Com o presente trabalho pretendemos compreender o que pensam os profissionais que convivem directamente com crianças e jovens institucionalizados relativamente à experiência da institucionalização, às instituições de acolhimento, ao papel dos profissionais no desenvolvimento das crianças e jovens e à estigmatização das crianças e jovens institucionalizadas.

Foram entrevistadas seis profissionais de uma instituição de acolhimento a crianças e jovens situada na Área Metropolitana do Porto, cujas funções eram variadas (directora, directora pedagógica, psicóloga, técnica de serviço social, auxiliares de acção educativa). O instrumento utilizado foi um guião de entrevista semi-estruturada, através do qual as entrevistadas foram inquiridas sobre: a) as representações da comunidade em relação à institucionalização e às instituições de acolhimento em geral; b) as suas próprias representações acerca desta realidade (incidindo também sobre as relações da instituição com o exterior; a autonomia/liberdade das crianças e jovens, a existência de relações privilegiadas com determinadas crianças/jovens); c) o papel dos profissionais na promoção do desenvolvimento das crianças e jovens; d) a estigmatização das crianças e jovens institucionalizadas, por parte da sociedade, da instituição e das próprias crianças e jovens.

A discussão dos dados é realizada à luz da literatura científica existente neste domínio, no sentido de aumentar a compreensão acerca do fenómeno da institucionalização de crianças e jovens em risco, tal como é vivenciado pelos diversos actores.

Palavras-chave: instituições de acolhimento; institucionalização; representações; profissionais; estigma

Introdução

Conduzir investigação científica sobre o impacto da institucionalização de crianças e jovens em risco constitui sempre um grande desafio, na medida em que ao debruçarmo-nos sobre este tema é perceptível a existência de uma forte conotação negativa relativamente a este fenómeno, visível quer nas atribuições do senso comum, quer na literatura científica existente (McCall, 1999).

Da revisão de literatura efectuada, verificamos que existe um reduzido número de estudos que dão voz às pessoas que trabalham nas instituições e que nelas passam uma grande parte das suas vidas. Estas pessoas assumem um papel de educador, que, segundo Valle & Zurita (2000), implica um perfil muito polivalente, onde deverá existir flexibilidade, maturidade, integridade, responsabilidade, competências emocionais, estabilidade emocional, entre outras.

A importância dada neste estudo a estes profissionais advém precisamente deste papel fulcral que eles têm na vida das crianças e jovens institucionalizadas e, conseqüentemente, da pertinência de dar voz a estes profissionais, que têm, com certeza, uma palavra a dizer sobre um tema que conhecem tão bem e de tão perto.

Num contexto de institucionalização, a qualidade da relação estabelecida entre crianças e jovens acolhidos e cuidadores é apontada como um factor de extrema importância no processo de recuperação da criança/jovem (Zegers, Schuengel, Janssens & Ijzendoorn, 2006). Este estudo permitiu reforçar a ideia de que a qualidade percebida das relações sociais é o produto de um acumular de experiências relacionais e que estas experiências são, pelo menos parcialmente, função da representação de vinculação do próprio indivíduo e do parceiro relacional. Na amostra estudada, através da identificação das representações de vinculação dos profissionais, foi possível prever o tipo de relação que estes estabelecem com os adolescentes institucionalizados.

Num estudo que visou comparar estilos de vinculação em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas com capacidades intelectuais abaixo da média, verificou-se que as crianças institucionalizadas apresentavam mais frequentemente vinculação insegura, quando comparadas com crianças não institucionalizadas (Muris & Maas, 2004). No entanto, os próprios autores identificaram algumas limitações deste estudo, nomeadamente o facto de provavelmente haver diferenças, entre os dois grupos, ao nível do grau de adversidade vivenciado no contexto familiar. Na investigação conduzida por Dozier, Stoval, Albus e Bates (2001) junto de famílias de acolhimento, constatou-se que a vinculação segura das crianças acolhidas era concordante com os estados de espírito das mães de acolhimento. No caso das instituições de acolhimento, o papel assumido pelos profissionais que cuidam das crianças e jovens poderá, com certeza, revestir-se de contornos igualmente relevantes no domínio da construção de um padrão de vinculação seguro nas crianças/jovens.

Um dos aspectos abordados neste artigo diz respeito ao que pensam os profissionais em relação à estigmatização dos adolescentes institucionalizados, por parte da sociedade, da instituição e dos próprios

adolescentes. No estudo de Colton et al. (1997) sobre a relação entre estigma e utilização dos serviços de protecção à criança, em três países da União Europeia, um dos aspectos a salientar prende-se com o facto de a mesma intervenção (e.g. uma visita domiciliária) poder apresentar diferentes significados, consoante o contexto. As intervenções mais intrusivas aparecem associadas a uma crescente percepção de estigma, assim como a utilização dos serviços de forma compulsiva e não voluntária.

O contributo do estudo que apresentamos diz respeito à análise das percepções dos profissionais que trabalham numa instituição de acolhimento relativamente ao fenómeno da institucionalização e às suas múltiplas facetas.

Metodologia

Foram entrevistadas seis profissionais que trabalham num lar de infância e juventude (que acolhe crianças e jovens do sexo feminino), situado na Área Metropolitana do Porto. As funções destas seis profissionais, todas elas também do sexo feminino, são variadas, incluindo a directora, a directora pedagógica, a psicóloga, a técnica de serviço social e duas auxiliares de acção educativa. Cinco das profissionais trabalham na instituição há menos de cinco anos e uma há aproximadamente vinte anos. A instituição é orientada por Irmãs de uma congregação religiosa.

O instrumento de recolha de dados utilizado foi um guião de entrevista semi-estruturada, construído no âmbito desta investigação e que tinha como principais tópicos os seguintes:

1. Percepções dos profissionais sobre as representações da comunidade acerca da institucionalização e das instituições de acolhimento em geral;
2. Percepções dos profissionais sobre a institucionalização, a instituição onde trabalham e as instituições de acolhimento em geral;
3. Relações da instituição onde trabalham com o exterior;
4. O que acham os profissionais acerca das capacidades e oportunidades de os adolescentes institucionalizados desenvolverem um comportamento sócio-afectivo bem sucedido;
5. Até que ponto os profissionais se sentem/acham responsáveis pelo desenvolvimento bem ou mal sucedido dos adolescentes institucionalizados;
6. Relações privilegiadas dentro da instituição;
7. Estigma associado à institucionalização.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente na instituição, tendo sido gravadas (com consentimento das participantes), transcritas e, posteriormente, analisadas com recurso a uma análise de conteúdo.

Resultados

Para cada categoria, serão explicitados os objectivos do respectivo tópico e serão apresentados alguns excertos do discurso das profissionais entrevistadas, seguidos de uma análise desses mesmos excertos.

Na categoria *Percepções dos profissionais sobre as representações da comunidade acerca da institucionalização*, pretendemos perceber qual a opinião dos profissionais acerca do que pensa a comunidade sobre a institucionalização, sobre as instituições de acolhimento em geral e sobre o trabalho

dos profissionais destas instituições, bem como o que contribui, na sua opinião, para essas representações (ver Tabela 1).

Tabela 1

Percepções dos profissionais sobre as representações da comunidade acerca da institucionalização	<p>“... a comunidade aceita muito bem a institucionalização...”</p> <p>“têm uma ideia errada do que é uma instituição, muito errada”</p> <p>“... acham que a instituição de facto é um mal menor”</p> <p>“muitas camaratas”, tudo muito em “massa”</p> <p>“... têm a ideia que instituição é um espaço muito fechado...”</p>
Principais contribuições para a construção dessas representações	<p>“Se da nossa parte houvesse mais abertura ... não teriam uma ideia tão negativa...”</p> <p>“A comunicação social... só passa o que não funciona bem”</p>
Percepções da comunidade sobre o trabalho dos profissionais	<p>“... associam muito ao carácter humanitário...”</p> <p>“Eu tenho sempre um <i>feedback</i> muito positivo e acho que a comunidade vê com muito bons olhos o nosso trabalho...”</p> <p>“... um papel que a comunidade valoriza muito...”</p>

As percepções das profissionais sobre as opiniões da comunidade acerca das instituições são na maioria negativas, embora haja referência a algumas imagens positivas. Estas estão associadas à ideia de que as instituições são necessárias e importantes, podendo mesmo a institucionalização ser considerada como “boa” ou uma “sorte”, apesar de ser um “mal menor”. As opiniões negativas por parte da comunidade são explicadas pelo facto de as instituições serem fechadas, terem um ambiente muito artificial, pouco personalizado, com um acolhimento que se caracteriza por ser “tudo em massa”. Outra representação referida tem a ver com a associação da instituição a algo de negativo, uma vez que esta existe porque “há filhos que são retirados dos pais”.

As respostas sobre a construção das representações da comunidade acerca da institucionalização apontam para os meios de comunicação social como os principais responsáveis nesse processo de construção, sendo acusados de “só passarem o que não funciona bem”. Um outro factor que parece contribuir para a construção dessas representações tem a ver com o facto de estas serem fechadas à comunidade, fomentando também estas ideias mais negativas.

As profissionais referem ter um *feedback* muito positivo do seu trabalho por parte da comunidade, sendo considerado um trabalho importante. As pessoas são sensíveis ao facto de este ser um trabalho orientado para o “bem-estar” das utentes, ou seja, é uma função valorizada socialmente devido ao seu “carácter humanitário”.

Na categoria *Percepções dos profissionais sobre a institucionalização, a instituição onde trabalham e as instituições de acolhimento em geral*, pedimos aos profissionais que nos falassem, por um lado, das suas opiniões relativamente às instituições de acolhimento em geral e, por outro, sobre a instituição onde trabalham (ver Tabela 2).

Tabela 2

Percepções dos profissionais sobre a institucionalização e sobre as instituições de acolhimento	<p>“... são mesmo um bem da sociedade.”</p> <p>“... pode substituir um bocadinho aquilo que pode ser uma família mas que nunca substitui!”</p> <p>“... as pessoas que trabalham directamente com os jovens deviam ter mais formação...”</p> <p>“Há instituições fechadas mesmo, não são prisões mas são quase.”</p>
Percepções dos profissionais sobre a instituição onde trabalham	<p>“... já conheci várias instituições e esta tem muito melhores condições.”</p> <p>“... temos uma equipa muito boa...”</p> <p>“Há uma grande abertura e troca de informação entre os profissionais”</p> <p>“... é uma instituição que procura trabalhar de uma forma aberta e actualizada.”</p>

Em relação às instituições de acolhimento, as percepções negativas prendem-se com o facto de se fecharem e não darem condições suficientemente boas às utentes, de nunca chegarem a representar uma família para estas, apesar dos esforços, e algumas serem “quase prisões”. Foi referido ainda que as pessoas que trabalham directamente com as adolescentes deveriam ter mais formação. Algumas opiniões mais positivas têm a ver com o facto de se considerar que algumas trabalham já numa linha de abertura e inovação e de serem importantes e necessárias.

Na caracterização da instituição onde trabalham, destacam-se representações bastante positivas. As respostas remetem principalmente para o espaço físico, sendo que a maioria considerou que as instalações são muito boas. Em relação à equipa de trabalho, existe uma significativa percepção de que está bem estruturada e é bastante competente.

Na categoria *Relações da instituição com o exterior*, pretendemos saber que tipo de relações a instituição estabelece com o exterior e, posteriormente, pedimos que concretizassem as suas opiniões revelando se consideravam a instituição aberta ou fechada (ver Tabela 3).

Tabela 3

Relações da instituição com o exterior	<p>“... nós temos muita relação com o exterior...”</p> <p>“... vamos aderindo a algumas iniciativas.”</p> <p>“Sempre que as pessoas cá vêm são bem recebidas e já têm vindo cá visitar.”</p>
Se a instituição onde trabalha é uma instituição fechada ou aberta à comunidade	<p>“... somos uma instituição muito aberta à comunidade...”</p> <p>“É mesmo uma instituição de regime aberto, as meninas entram e saem, não há porteiros, isso é que é ser de regime aberto.”</p> <p>“... Até posso considerar aberta, acho é que podemos fomentar mais essa abertura...”</p>
Percepção acerca da liberdade/ autonomia das adolescentes	<p>“Dentro do que é bom para elas... agora claro que é uma liberdade controlada”</p> <p>“Quando têm um bocadinho mais de liberdade já não a sabem gerir...”</p> <p>“Fazem uma vida normal lá fora.”</p> <p>“Concordo porque é uma liberdade pensada e muito sensata...”</p>

A instituição é vista por todas as entrevistadas como uma instituição aberta. Esta opinião é justificada com o facto de estarem sempre disponíveis para receberem pessoas do exterior, nomeadamente os colegas da escola das adolescentes. A maioria refere também que estas saem e entram livremente dentro dos horários estabelecidos.

Além disto, é valorizada a participação da instituição em eventos ou actividades no exterior que promovam a abertura à comunidade. Foi salientado também o facto de as adolescentes estarem integradas na comunidade, por exemplo, “vão à catequese e fazem parte do grupo de jovens”.

Na Tabela 3, verificamos que as entrevistadas foram ainda inquiridas acerca da *liberdade/autonomia das adolescentes*, uma vez que está também relacionada com a interacção entre a instituição e o meio envolvente. Pedimos às profissionais que nos revelassem qual o grau de liberdade/autonomia das adolescentes e que o ilustrassem com alguns exemplos e, posteriormente, que nos dissessem se concordavam ou não com a liberdade dada às adolescentes.

No geral, todas referem que têm liberdade dentro do possível e desde que não haja riscos para as adolescentes e que é importante que as adolescentes se sintam livres de entrar e sair da instituição, que tenham uma convivência normal lá fora, e que tenham horários flexíveis. Contudo, algumas saídas estão fora de questão, nomeadamente as saídas à noite por representarem um grande risco.

Todas as entrevistadas admitem concordar com a liberdade que é dada às adolescentes, uma vez que é pensada no bem delas e de acordo com o que as adolescentes conseguem gerir, referindo ainda, que se lhes fosse dada mais liberdade elas não saberiam como lidar com ela, o que poderia dar origem a situações prejudiciais para elas, por exemplo, “Quando têm um bocadinho mais de liberdade já não a sabem gerir e depois fazem disparates, vão com os rapazes não sei para onde, vão fumar”.

Na categoria *Percepções dos profissionais sobre as capacidades de os adolescentes institucionalizados desenvolverem relações afectivas bem sucedidas*, pedimos aos sujeitos que nos dissessem se achavam que as adolescentes com quem trabalham apresentariam dificuldades ao nível das relações afectivas, pelo facto de terem passado pela experiência de institucionalização (ver Tabela 4).

Tabela 4

Percepções dos profissionais sobre as capacidades de os adolescentes institucionalizados desenvolverem relações afectivas bem sucedidas	<p>“Penso que é mais a história anterior que as condiciona, não vejo muito que seja o facto de estarem institucionalizadas.”</p> <p>“Se vão ficar marcadas por estarem numa instituição, vai ser no sentido positivo”</p> <p>“Há marcas que ficam por elas passarem aqui”</p> <p>“Têm amizades normais, (...) o primeiro namorado é um problema.”</p>
Em que medida a instituição consegue preencher a falta de uma família nos adolescentes institucionalizados	<p>“... temos três grupos para dar uma ideia mais de família”.</p> <p>“No final do jantar estão todas juntas como se fossem família, na sala de estar delas...”</p> <p>“Acarinhámo-las, damos-lhes tudo o que podemos...”</p> <p>“Aquele aspecto mais próximo que seria necessário nem sempre é possível...”</p>

No geral, as entrevistadas referiram não considerar que a institucionalização, por si só, iria condicionar as adolescentes neste sentido. É referido que a institucionalização irá marcá-las no bom sentido, pois proporciona-lhes oportunidades de estabelecer relações afectivas e que o objectivo dos profissionais é, precisamente, fazer com que as adolescentes consigam estabelecer relações seguras. Também é mencionado que é nas relações com os adultos que elas estão mais fragilizadas, devido às suas dificuldades familiares, não sendo a condição de “institucionalizada” o mais determinante e que, portanto,

não as impede de ultrapassar essas dificuldades e que “tenham relações normais afectivas com outras pessoas como qualquer pessoa”.

Foram projectadas, no entanto algumas ideias de carácter mais negativo, como o facto de a vida numa instituição ter sempre algumas condicionantes e por ser sempre uma experiência que deixa marcas.

É referido ainda que as relações que podem ser mais problemáticas são as amorosas, porque são adolescentes muito carentes que se entregam muito facilmente: “Às vezes elas estão tão carentes e às vezes feridas que qualquer um que venha e diga "gosto de ti", elas acreditam e perdem-se e depois às vezes sofrem muito”.

Na Tabela 4, podemos ainda observar a categoria *Em que medida a instituição consegue preencher a falta de uma família nos adolescentes institucionalizados*. Pedimos às profissionais que nos dessem alguns exemplos do que era feito na instituição no sentido de diminuir a falta de uma família nestas adolescentes.

As entrevistadas demonstraram que, no geral, se verifica um esforço para tentar que a instituição seja um espaço o mais próximo possível da realidade familiar, nomeadamente no que diz respeito ao espaço físico, sendo referida, nomeadamente, a organização em três grupos, sempre com os mesmos funcionários, para dar, precisamente, uma ideia mais de família. Ao nível das relações interpessoais dentro da instituição, é referido que tentam sempre promover que as adolescentes vivam o seu grupo em família, que tentam dar-lhes o melhor possível, nomeadamente, carinho, e procuram estar sempre atentas às necessidades delas. Apenas uma entrevistada referiu que, apesar dos esforços, “aquele aspecto mais próximo que seria necessário nem sempre é possível” da mesma forma que numa família.

Uma entrevistada referiu o facto de a instituição procurar, sempre que possível, fomentar o contacto com as famílias de origem.

Na categoria *Sentimento de responsabilidade dos profissionais em relação ao desenvolvimento dos adolescentes institucionalizados*, pretendemos perceber se os profissionais consideravam ter um papel de responsabilidade no desenvolvimento bem ou mal sucedido das adolescentes (ver Tabela 5).

Tabela 5

Sentimento de responsabilidade dos profissionais em relação ao desenvolvimento dos adolescentes institucionalizados	“Sinto muita responsabilidade” “Um papel de amiga, de fazer ver a vida para o futuro ...” “Acho que é um papel muito importante” “ ... carácter materno...”
Percepções dos profissionais acerca das representações dos adolescentes institucionalizados sobre o seu trabalho	“... se deixar correr tudo bem, é amiga...” “Sinto sempre um <i>feedback</i> muito positivo” “... elas nos percebem a nós técnicas com uma realidade muito próxima da delas.” “Acham que eu sou um bocadinho exigente... acham também que sou uma amiga delas.”
Relação dos profissionais com os adolescentes	“... tem um pouquinho de tudo...” “... no fundo somos amigas delas...” “... tento descer muito ao nível delas e às vezes elas até ficam muito surpreendidas com isso...” “... muito próxima, as vezes como já disse, uma certa exigência.”

Se sentem que poderiam fazer um trabalho melhor/diferente com os adolescentes	“... melhorar pode-se sempre melhorar...” “... acho que devíamos ter mais contacto com os pais para que eles se responsabilizassem mais”
---	---

Todas as entrevistadas referiram sentir uma grande responsabilidade no seu trabalho, na medida em que assumem ter a função de orientar as adolescentes para o futuro e de as ajudar a construir o seu projecto de vida. É referido o facto de tentarem construir com as utentes uma relação afectiva muito segura. Uma das profissionais fala até do carácter materno da sua relação com as adolescentes.

Na Tabela 5, podemos ainda analisar uma outra categoria, referente às *Percepções dos profissionais acerca das representações dos adolescentes institucionalizados sobre o seu trabalho*. Pedimos às profissionais que nos dissessem quais achavam que eram as opiniões das adolescentes em relação ao seu trabalho.

As profissionais explicam que, normalmente, são vistas de uma forma positiva e como amigas, mas quando há a necessidade de impor regras ou de se ser um pouco mais exigente, são vistas como “espias”, como refere uma das entrevistadas. É referido também que as adolescentes lhes dão um *feedback* positivo acerca do seu trabalho e têm a noção de que são estas profissionais que vão “tratar das coisas delas e resolver a vida delas”. É mencionado ainda que as adolescentes percebem as profissionais como tendo uma realidade próxima da delas.

Ainda na Tabela 5, constatamos que, relativamente à *Relação dos profissionais com os adolescentes*, todas as entrevistadas referem ter uma boa relação, de amizade, com as adolescentes, mas é também referida a importância de se manter uma relação de alguma autoridade, ainda que seja uma relação muito próxima.

Quando questionadas *Se sentem que poderiam fazer um trabalho melhor/diferente com os adolescentes* (ver Tabela 5), destaca-se a preocupação com o contacto entre a instituição e a família das utentes como algo a ser melhorado. Num sentido mais geral, as profissionais partilham da ideia de que é sempre possível um aperfeiçoamento do seu trabalho e acreditam que de dia para dia se melhora sempre.

Na categoria *Relações privilegiadas dentro da instituição*, pedimos às entrevistadas que nos revelassem se alguma vez se aperceberam da existência de relações privilegiadas entre os profissionais da instituição e as adolescentes e, posteriormente, perguntámos-lhes se elas próprias já tinham passado por essa experiência (ver Tabela 6).

Tabela 6

Relações privilegiadas dentro da instituição	“... a verdade é que acontecem” “Eu penso que não...luta-se para que isso não aconteça.” “... às vezes pode-se cair nisso...”
Se os próprios profissionais têm relações privilegiadas com alguns adolescentes	“Para mim são todas iguais” “... não tenho uma relação privilegiada claro que se gosta sempre mais de um que outro.”

As profissionais referem, em grande parte, não terem percepção da existência de relações privilegiadas com as adolescentes. Explicam com o facto de haver adolescentes que procuram mais os profissionais e que isso leva a contactos mais frequentes, não a “relações privilegiadas”. É referido também que “luta-se para que isso não aconteça” e que nem as adolescentes mais velhas são privilegiadas por isso. No entanto, uma entrevistada referiu ter-se apercebido de uma relação privilegiada por parte de uma funcionária com uma adolescente e mencionou que, por vezes, se pode cair nesse erro.

Relativamente à sua própria experiência neste domínio, todas as entrevistadas afirmaram não ter relações privilegiadas com nenhuma adolescente, apesar de haver sempre uma ou outra a quem se afeiçoam mais. Tentam, contudo, que isso não se revele perante as outras, procurando estabelecer relações iguais com todas.

Na categoria *Estigmatização*, pretendemos perceber o que pensam os profissionais em relação à estigmatização dos adolescentes institucionalizados, perguntando se acham que os adolescentes se percebem como diferentes, se a instituição, a sociedade e os próprios profissionais vêem estes adolescentes como diferentes (ver Tabela 7).

Tabela 7

Estigmatização	
Por parte dos próprios adolescentes	<p>“... o facto de atingirem cada vez mais um patamar superior faz com que essa estigmatização diminua...”</p> <p>“... há meninas que se percebem como diferentes...”</p> <p>“... este feedback que elas vão recebendo do exterior não as ajuda depois a perceberem-se de uma forma muito igual...”</p>
Por parte da instituição	<p>“Eu penso que não... não não!”</p> <p>“Nós temos que esquecer que estamos a trabalhar com crianças institucionalizadas...”</p> <p>“Sinto que estamos a trabalhar para o início de vida delas... não vê-las como coitadinhas”</p>
Por parte da sociedade	<p>“... a escola tem um papel muito determinante no construir destas representações sociais...”</p> <p>“... tudo o que fuja à normalidade na nossa sociedade é um estigma...”</p> <p>“... o rótulo por mais que a gente não queira que exista ele vai existir...”</p> <p>“Até entrou para a faculdade, até foi capaz” aí já chegam a um patamar de igualdade com os outros jovens.”</p>
Por parte dos próprios profissionais	<p>“... nunca estou com elas a pensar “coitadinha, estás aqui, coitadinha de ti”</p> <p>“... elas têm muitas qualidades, muitas potencialidades que desenvolvidas se podem tornar em pessoas totalmente como outras ...”</p>

As entrevistadas referiram em grande maioria que as adolescentes se percebem como diferentes no sentido negativo, em parte devido ao *feedback* que elas recebem na escola e no exterior. No entanto, é referido que esta estigmatização vai diminuindo à medida que vão avançando na escolaridade. Todas as entrevistadas concordam que as adolescentes institucionalizadas são estigmatizadas por parte da sociedade, atribuindo grande parte da responsabilidade à escola. Uma profissional afirma mesmo que há pais que verbalizam “não andes com essa menina porque ela é de um colégio”, associando assim a institucionalização das jovens a um carácter desviante das mesmas. No entanto, uma entrevistada refere

que este rótulo é devido, em parte, ao comportamento disruptivo de algumas adolescentes na escola. Foi mencionado que esta estigmatização se verifica mais quando as adolescentes são mais novas, pois à medida que vão atingindo um patamar superior na escola, gera-se até alguma admiração pelas jovens.

É referido também que a sociedade associa a institucionalização a algo fora do normal e “tudo o que fuja à normalidade na nossa sociedade é um estigma”, no entanto, algumas entrevistadas referem que esta estigmatização “tende a diminuir”.

Todas as entrevistadas afirmaram não existir estigmatização das adolescentes por parte da instituição. É referido que procuram trabalhar com elas a pensar nas suas necessidades e no seu projecto de vida, em vez de pensar nelas como diferentes no sentido negativo. É referido também que, embora se tenha a noção das suas carências, isso não é motivo para que elas sejam vistas como diferentes e é alvo de preocupação dos profissionais fazer com que elas não se percepcionem assim. Têm a noção de que são jovens que não tiveram um contexto familiar e afectivo adequado, mas não trabalham com elas a pensar que são “coitadinhas”. É referido também que estas adolescentes podem ser pessoas completamente realizadas e integradas na sociedade, desde que as suas potencialidades sejam desenvolvidas.

Discussão e conclusões

Da análise das entrevistas, verificamos que os resultados revelam o predomínio da percepção de representações negativas, por parte da comunidade, relativamente às instituições de acolhimento, nomeadamente no que diz respeito ao seu funcionamento, ao mesmo tempo que o trabalho dos profissionais parece ser bastante valorizado e reconhecido. De facto, é visível alguma ambivalência nas respostas das entrevistadas, que parecem ilustrar as múltiplas facetas de um fenómeno complexo como a institucionalização. Convém salientar que estamos no domínio das percepções dos profissionais relativamente às representações da comunidade, pelo que será interessante recolher dados directamente junto de elementos-chave da comunidade.

Na categoria referente ao que os sujeitos mudariam no seu trabalho, a ideia que se salientou foi a necessidade de um maior contacto entre a instituição e as famílias biológicas das adolescentes. Este é, sem dúvida, um desafio e uma necessidade sentida em muitas instituições. Há que promover o *empowerment* e o envolvimento activo das famílias nas decisões relativas às suas crianças/jovens, sempre que tal se revele positivo para a criança/jovem (FICE International, SOS-Kinderdorf International & IFCO, 2007), aumentando a sua responsabilização no processo de promoção e protecção da criança e aumentando os níveis de satisfação das famílias (Colton et al., 1997).

Na maior parte das vezes, a experiência de vida em contexto institucional constitui um aspecto da cadeia inextricável de acontecimentos anteriores, numa relação complexa que alguns comparam a uma teia construtiva (Fisher & Biddell, 1998). Esta é a base da opinião da maioria das profissionais quando questionadas acerca do impacto da institucionalização no desenvolvimento sócio-afectivo das adolescentes. Efectivamente, as entrevistadas pensam que a institucionalização não é o factor principal que vai conduzir ao desenvolvimento bem ou mal sucedido das adolescentes, é vista antes como um dos aspectos a acumular à história de vida destas adolescentes. Diversos estudos têm mostrado a importância de se ter em conta a história prévia de maltrato na análise do impacto da institucionalização no desenvolvimento das crianças e jovens (Alberto, 2002).

Hellinckx e Colton (2003) afirmam que, face a padrões de exigência ética e profissional, entende-se que a criança tem direito a um atendimento profissional de qualidade que a dignifique e promova o seu

desenvolvimento e bem-estar. Neste estudo, as profissionais revelam um forte sentimento de responsabilidade no que diz respeito à promoção do desenvolvimento das adolescentes. Todas referem que o seu trabalho é muito importante na construção do futuro das suas utentes. Na opinião das profissionais, esta responsabilidade é também reconhecida pelas próprias adolescentes. A sua relação com estas é caracterizada como sendo de amizade e proximidade, embora não possa ser esquecida por nenhuma das partes a autoridade das profissionais.

Quando questionadas sobre a forma como a instituição consegue preencher a falta de uma família nestas adolescentes, as respostas centraram-se no facto de haver um esforço para conseguir uma organização o mais semelhante possível à de um ambiente familiar adequado, falando por exemplo, da distribuição das crianças/jovens por pequenos grupos, em três casas diferentes, sempre com os mesmos funcionários em cada casa. As instituições devem definir-se, precisamente, pela organização, estabilidade e segurança, no sentido de substituir as condições precárias dos contextos familiares dos adolescentes institucionalizados (Alberto, 2002).

Relativamente à possível existência de relações privilegiadas entre profissionais e crianças/jovens dentro da instituição, no abstracto as entrevistadas admitem a existência destas relações diferenciadas, apesar de defenderem que se trata de algo a evitar. Quanto se referem à sua experiência particular, afirmam fazer um esforço por não diferenciar as relações que estabelecem com as diferentes crianças/jovens. Como estamos no domínio das percepções subjectivas, seria interessante cruzar estas percepções com as das próprias jovens, analisando a congruência das respostas.

Na categoria relativa à percepção do estigma associado à institucionalização, concluímos que, segundo a opinião destas profissionais, a estigmatização parte sobretudo da sociedade e que as próprias adolescentes sentem esse estigma. Como referem Medeiros & Coelho (1991, cit. in Alberto, 2002), a nível social são desenvolvidas “imagens” dos indivíduos institucionalizados que vão por um lado levar à construção de estereótipos e ao desenvolvimento de preconceitos por parte da sociedade face a esses mesmos indivíduos, conduzindo a uma discriminação social, e, por outro, partindo da interiorização dessas “imagens” sociais, os próprios indivíduos institucionalizados vão desenvolver processos de diferenciação negativa pela auto-desvalorização e auto-discriminação.

Apesar de o número de participantes neste estudo ser reduzido e referir-se apenas a uma instituição, pelo que não pode ser feita qualquer generalização a outros contextos e amostras, consideramos que o contributo desta investigação prende-se com o facto de ter sido dada voz a profissionais com experiência na institucionalização de crianças e jovens. Apostou-se numa metodologia indutiva, que parte da realidade empírica, e a partir da qual podem ser identificadas tendências e indicadores a explorar futuramente.

Terminamos, salientando uma vez mais a pertinência da triangulação de dados, ou seja, do cruzamento de percepções dos diferentes actores envolvidos no fenómeno da institucionalização, nomeadamente; crianças e jovens acolhidos, profissionais que os acolhem e educam no dia-a-dia; familiares das crianças e jovens; membros da comunidade envolvente. Numa perspectiva sistémica, a interpretação dos dados poderá explorar a influência mútua entre as percepções (positivas e negativas) dos adolescentes em relação à institucionalização e as representações/estereótipos existentes sobre esta realidade nos vários sistemas ecológicos (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Referências bibliográficas

- Alberto, I. M. (2002). "Como pássaros em gaiolas"? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol. 2 – Crianças (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of Child Psychology* (5a ed., pp. 993-1028). USA: John Wiley & Sons.
- Colton, M., Drakeford, M., Roberts, S., Scholte, E., Casas, F., & Williams, M. (1997). Child welfare and stigma. Principles into practice. *Childhood*, 4, 265-283.
- Dozier, M., Stovall, K. C., Albus, K. E., & Bates, B. (2001). Attachment for infants in foster care: The role of caregiver state of mind. *Child development*, 72, 1467-1477.
- FICE International, SOS-Kinderdorf International, & IFCO (2007). Quality4Children Standards for Out-of-Home Child Care in Europe [Em linha]. Disponível em: http://www.quality4children.info/ps/tmp/q4c_docudb/Q4C_bw.pdf. [Consultado em 15/12/2007].
- Fisher, K., & Bidell, T. (1998). Dynamic development of psychological structures in action and thought. In W. Damon, & R. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1). New York: Wiley.
- Hellinckx, W., & Colton, M., (1993). Residential and foster care in the EC. In M. Colton, & W. Hellinckx (Eds.), *Child care in the EC* (pp. 232-252). Aldershot: Arena.
- McCall, J. (1999). Research on the psychological effects of orphanage care: A critical review. In R. B. McKenzie (Ed.), *Rethinking Orphanages for the 21st Century*. Thousand Oaks, California: SAGE.
- Muris, P., & Maas, A. (2004). Strengths and difficulties as correlates of attachment style in institutionalized and non-institutionalized children with below-average intellectual abilities. *Child Psychiatry and Human Development*, 34, 317-328.
- Silva, M. H. D. (2004). Crianças e jovens a cargo de instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis. In M. H. D. Silva, A. C. Fonseca, L. Alcoforado, M. M. Vilar, & C. M. Vieira (Eds.), *Crianças e jovens em risco: Da investigação à intervenção* (pp. 83-113). Coimbra: Almedina.
- Valle, J. F., & Zurita, J. F. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ed. Pirámide.
- Zegers, M. A. M., Schuengel, C., Van IJzendoorn, M. H., & Janssens, J. M. A. M. (2006). Attachment Representations of institutionalized adolescents and their professional caregivers: Predicting the development of therapeutic relationship. *American Journal of Orthopsychiatry*, 76, 325-334.